



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

PARECER: 1006/2020–G1P

ASSUNTO: ANÁLISE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00001992/2020-76-e

EMENTA: 1. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2020. AQUISIÇÃO DE TESTES DE IGG E IGM COM BASE NA LEI Nº 13.979/2020. **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. ANÁLISE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES. RESOLUÇÃO Nº 333/2020. PLANO DE AÇÃO. COVID-19. DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF. EXAME FORMAL DE REGULARIDADE. INFORMAÇÃO Nº 61/2020-DIASP3. IMPROPRIEDADES VERIFICADAS. DECISÃO Nº 2748/2020. PRAZO PARA A SES/DF APRESENTAR MANIFESTAÇÃO. INFORMAÇÕES PRESTADAS MEDIANTE OFÍCIO Nº 5181/2020-SES/GAB. OFÍCIOS Nº 517, 550 E 564-GPCF ENCAMINHADOS PELO MPC/DF. AÇÃO PENAL PROMOVIDA PELO MPDFT - OPERAÇÃO FALSO NEGATIVO.**
2. **ÁREA TÉCNICA PUGNA PELA CONCESSÃO DE CAUTELAR, ENVIO DE DOCUMENTOS AO MPDFT E TCU E SOBRESTAMENTO.**
3. **PARECER DO MPCDF DEFERIMENTO DA CAUTELAR.** Considerações a respeito da autuação deste processo. Audiência dos Responsáveis. Independência de instâncias. Oitiva do atual Secretário: aplicação do art. 44 da LOTCDF. **PARECER PARCIALMENTE CONVERGENTE DO MPC/DF**

1. Cuidam os autos da análise da **Dispensa de Licitação nº 09/2020-SES/DF**, realizada no âmbito do **Processo GDF SEI 00060.00106136/2020-61**, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, **ainda no mês de abril do corrente**¹.

2. No primeiro momento, o Corpo Técnico exarou a Informação 61/20, ressaltando que:

- não foram realizadas buscas ativas em todas as possíveis áreas demandantes, o que contribuiu para as reiteradas alterações dos quantitativos dos itens inicialmente previstos. Ou seja, da primeira previsão de 24 mil unidades, pulou-se para 300 mil, “iniciando em R\$ 11.100.000,00, depois R\$ 40.500.000,00 e, por fim, R\$ 33.000.000,00” Assim, os quantitativos apresentados nos autos não foram acompanhados de metodologia de cálculo ou sequer de estimativas que os justificassem, isto é: “os autos não demonstram o quanto o total previsto para contratação representaria em relação ao parâmetro de testagem ideal”;

GPIP XV

¹ Publicação no Diário Oficial do Distrito Federal: DODF nº 58 (edição extra) de 23/04/2020 e nº 96 de 22/05/2020 - peça 1 (e-DOC EF46C4D5).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

- as deficiências na determinação dos quantitativos, conforme constatado anteriormente, prejudicam diretamente tanto a estimativa dos preços a serem contratados, tendo em vista que podem variar em função do quantitativo a ser adquirido, quanto à certificação relacionada à adequação orçamentária e financeira;

- foram promovidas alterações no procedimento de compra sem a correspondente atualização do último Projeto Básico;

- os procedimentos de contratação adotados no âmbito da SES/DF evidenciaram condições que comprometeram a vantajosidade para a Administração Pública Distrital. Isso porque, havia proposta ainda válida para o item 1, ofertada pela empresa METHABIO em procedimento anterior, apenas 5 (cinco) dias antes da data do novo Projeto Básico, com o preço unitário de R\$ 87,90 para a entrega de 150 mil unidades. No entanto, foi contratado com a empresa PRECISA o quantitativo de 150.000 unidades ao preço unitário de R\$139,90. Considerando, assim, apenas o total de 150.000 unidades, a diferença de preços entre as duas empresas atinge o montante de R\$ 7.800.000 (sete milhões e oitocentos mil reais) em desfavor da SES/DF. Não constam dos autos documentos que comprovem que a proposta da METHABIO teria sido desclassificada ou que a empresa não teria interesse ou condições de manter a proposta que ainda se encontrava válida;

- apenas a pesquisa a potenciais fornecedores fragiliza a justificativa de preço, tendo em vista que o seu resultado tem a tendência de adotar como parâmetro preço superior ao praticado no mercado. Na mesma época, havia contratações similares na Administração Pública com preços bastante inferiores. A título de exemplo, o Governo do Estado do Ceará, em licitação realizada em 23/3/2020, adquiriu 300.000 unidades de testes rápidos ao preço unitário de R\$ 47,46;

- o exame dos autos permite constatar que a empresa PRECISA atuou apenas como intermediária da contratação, uma vez que subcontratou a importadora MEDLEVENSOHN para a entrega do produto. Observa-se que na mesma época, mediante a Dispensa de Licitação nº 20/2020, o Comando do Exército contratou diretamente a importadora MEDLEVENSOHN por valor 47,42% inferior ao cobrado pela PRECISA atuando como intermediadora no âmbito da SES/DF. Além disso, há procedimentos licitatórios ocorridos no mesmo período, também mediante Dispensa de Licitação, com quantitativos significativamente inferiores, que resultaram em preços ainda menores que o praticado pela SES/DF para quantidade bastante superior;

- importante destacar que em período mais recente os preços dos testes rápidos para a detecção do COVID-19 têm demonstrado tendência de queda, e

- não houve manifestação da área jurídica da SES/DF atestando que as contratações objeto do processo em exame se enquadram nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial nº 002/2020 - PGDF/PGCONS da PGDF, tampouco que foram observadas as suas orientações, o que contraria as exigências do Órgão Consultivo.

3. Posteriormente, então, o TCDF proferiu a Decisão 2748/20, apenas abrindo a fase de manifestação.

4. O MPC/DF oficiou nos autos: Ofícios 517/20, para dar notícia de que o ex Secretário de Saúde e atual Secretário interino, Sr. OSNEI OKUMOTO, fora sócio da empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

GOYASES BIOTECNOLOGIA LTDA, de 2003 a 2008; Ofício 550/20, para enviar denúncia, dando conta de que a realização de testes em unidade da SES estaria ocorrendo a partir de indicação de servidor, e, não, isonomicamente; e Ofício 564/20, para encaminhar a atuação do GAECO-MPDFT (denúncia e medida cautelar), nos autos da Operação Falso Negativo, que prendeu toda a cúpula da SES/DF, justamente em face da compra de testes, para a detecção do novo coronavírus.

5. Posteriormente, então, foi elaborada a **Informação n.º 96/2020 – DIASP3, com base na denúncia elaborada pelo MPDFT**:

Tabela 1 – Discriminação das despesas

Contratante:	Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF	
Processo GDF	00060.00106136-2020-61 (*)	
Contratada/CNPJ	Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (CNPJ 03.394.819/0005-00)	R\$ 20.985.000,00
	Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO (CNPJ 05.658.906/0001-11)	R\$ 795.000,00
	PMH – Produtos Médicos Hospitalares – LTDA. (CNPJ 00.740.696/0001-92)	R\$ 10.950.000,00
Valor	R\$ 32.730.000,00	

¹ Cópia dos documentos juntados ao Processo GDF SEI 00060.00106136/2020-61, até a data da conclusão da Informação nº 61/2020-DIASP3, foi associada a estes autos no Sistema e-TCDF.

Objeto	Aquisição em caráter emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM da COVID-19 para atender a demanda da Rede SES/DF.
Vigência	Entrega imediata.
Fundamento legal	Lei nº 13.979/2020, art. 4º.

Fonte: Informação nº 61/2020-DIASP3 (peça 3, e-DOC B389BCF7)

6. Após análise dos elementos que emergem dos autos, o Corpo Técnico chegou à seguinte conclusão:

Da Fundamentação para a Dispensa de Licitação

115. Esta análise referendou a proposta contida na Informação nº 61/2020-DIASP3, no sentido de considerar aceitável a adoção dessa forma de contratação, ao tempo em que propõe, com algum ajuste redacional, alertas ao titular da SES/DF para a instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS.

Da Definição do Objeto

116. Embora se reconheça a dificuldade de estimar o quantitativo necessário de testes a realizar, sobretudo em razão de todas as circunstâncias geradas por uma pandemia decorrente de uma doença nova, ficou clara a deficiência de elementos técnicos para subsidiar as tomadas de decisão. Mais, com subsídio na Ação Penal, há indícios de que os interesses particulares da cúpula da SES/DF, na gestão do Sr. Francisco Araújo Filho, se sobrepujaram.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

*117. Além de alertas ao titular da SES/DF sobre a elaboração de projetos básicos/termos de referência, entendeu-se necessário o chamamento de audiências. No entanto, dado que a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61 será apresentada tão logo se encerrem as investigações no PIC nº 08/2020-GAECO/MPDFT, **propõe-se que a referida audiência seja sobrestada para aguardar os deslindes da ação judicial. Da Escolha do Fornecedor/Direcionamento da Licitação***

*118. Aqui ficou demonstrada a participação direta do então Secretário da SES/DF no certame, uma vez que o mesmo determinou, em duas oportunidades, a reabertura das propostas, após a seleção das empresas vencedoras do certame. **Participação essa que pode gerar prejuízo ao Erário.***

119. Apesar de se entender necessária a realização de audiência, com fundamento na execução de ato antieconômico, na mesma linha defendida no tópico anterior, entende-se que a audiência pode ser sobrestada para aguardar o deslinde da ação judicial abordada na presente Informação.

Da Justificativa de Preço

120. Conforme apontado anteriormente, a atuação da gestão da SES/DF pode trazer prejuízo ao Erário, estimado em R\$ 10.035.000,00 (dez milhões e trinta e cinco mil reais). Discutiu-se a questão da competência do Tribunal para propor a liminar que pretende estancar o prejuízo apontado, bem como para abrir a TCE correspondente, concluindo, ao final, pela sua possibilidade. Ademais, tendo em vista que o empenho emitido à empresa Precisa ainda não havia sido liquidado e pago, sugeriu-se a concessão de medida cautelar no intuito de limitar os pagamentos a serem realizados a essa empresa, por conta da dispensa de licitação em análise, ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais).

Dos Outros Aspectos da Ação Penal

121. Diante das apurações registradas na Ação Penal, identificaram-se dois aspectos que não foram tratados na Informação nº 61/2020-DIASP3 e que mereceram destaque nesta instrução.

122. O primeiro, refere-se ao curtíssimo prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas. Em que pese os normativos não definam esse prazo, para os casos de dispensa de licitação, deve ser alertado à SES/DF que esse prazo deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida.

123. O outro, foi a entrega, por parte da empresa Precisa, de material diverso da proposta comercial, atestado pelo então Diretor do LACEN, sem os elementos que justificassem a qualidade dos novos testes. Por esse motivo, entende-se necessária a realização de audiência do Sr. Jorge Antônio Chamon Júnior, que deve ser sobrestada em razão das ações judiciais em trâmite.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

*124. Por fim, com relação aos Ofícios encaminhados pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, cabe o registro de que **uma das empresas contratadas na Dispensa de Licitação em análise nestes autos, a Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO, teve por sócio, no período de 2003 a 2008, o atual Secretário de Estado de Saúde (Sr. Osnei Okumoto). Acerca da questão, entende-se que os elementos até então existentes não são suficientes para a aplicação do art. 44 da Lei Complementar 01/1994. Por outro lado, tal informação pode ser útil para as apurações procedidas pelo MPDFT, razão pela qual se propõe que seja dado conhecimento do conteúdo do mencionado Ofício àquele Órgão Ministerial.***

7. Assim, ao final, sugeri ao Plenário:

I- tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (peça 16, e-DOC 19E7AE14) e dos demais documentos que o acompanham (peças 17, 18 e 19);

b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (peça 15, e-DOC E984745D);

c) dos Ofícios nos 517/2020-CF (peça 24, e-DOC 0278E78F), 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581) e 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A);

d) da Ação Penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (peça 27, e-DOC 9188A024); e) da Informação 96/2020 (peça 34, e-DOC 7EDEE4AE);

II- conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., por conta da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI GDF nº 00060.00106136/2020-61), sejam limitados ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);

III- autorizar o envio de cópia dos presentes autos ao:

a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;

b) Tribunal de Contas da União - TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação nº 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF;

IV- sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), até o deslinde da ação penal que apurará a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;

V- alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:

a.1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º- B, IV, da Lei nº 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993;

a.2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei nº 13.979/2020;

a.3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei nº 13.979/2020;

b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:

b.1) cópia integral deste Parecer Referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;

b.2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020;

c) em que pese os normativos não definam prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse prazo deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;

VI- autorizar:

a) o encaminhamento de cópias do Voto e da Decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no item precedente e às empresas METHABIO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA – EPP, para conhecimento, e PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. para, querendo, se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias;

b) autorizar o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da liminar a que se refere o item II, destas sugestões.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

8. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público especializado para pronunciamento, conforme Despacho Singular nº 744/2020 (peça 36).

9. Feito este relato, passo a opinar.

10. Inicie-se recordando que o MPC/DF ofertou, **em abril do corrente**, a Representação 16/20-MPCDF, por meio do qual pretendia que o TCDF estabelecesse procedimento de fiscalização a respeito da aquisição de testes e contratação de laboratório, para a detecção do novo Coronavírus.

11. Naquela ocasião, o MPC/DF evidenciou as incongruências da testagem com o Plano de Contingência; a contratação em torno de R\$ 70 milhões de reais com esse objeto (Ofício 201/20); o fato de empresa do ramo atacadista de brinquedos temáticos oferecer o teste no DF, daí o pedido para que fossem estabelecidos processos de fiscalização em relação às aquisições de testes (Parecer 375/20), sendo no mesmo sentido Representação do Deputado Distrital Leandro Grass (Ofício 226/20), etc.

12. Apesar disso, o TCDF arquivou os autos (Decisão 1518/20), tendo o MPC/DF recorrido. Foi quando o TCDF considerou a perda do objeto do recurso (Decisão 2752/20) em face do presente processo, autuado em 25/05/20, referente à DL, publicada em 23/04/20, restrita às empresas Goyases, Precisa e Methabio.

13. É importante frisar, portanto, que as evidências de gravíssimas denúncias são mais do que suficientes para que o MPC/DF reitere ao TCDF que mande autuar processo em relação a todas as aquisições de testes ocorridas no DF (a título de exemplo, cite-se **ANEXO I a este parecer**), pois são fortes os indícios de irregularidade, consoante o *Parquet* já havia se antecipado.

14. Recorde-se que com relação às empresas Luna Park e Biomega, há os seguintes processos, no TCDF:

- Processo 897/20 (Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO) que contém a Representação 19/20 (do MPC/DF) e duas Representações do Deputado Distrital Leandro Grass, a respeito da falta de transparência e aquisição de testes, citando, tal qual o MPC/DF, o oferecimento de testes pela empresa LUNA PARK., inclusive em face da empresa Luna Park;

- Processo TCDF 2631/2020 (Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO), autuado em 10/06/20, acerca da contratação da empresa Luna Park Importação, Exportação e Comercio Atacadista de Brinquedos Temáticos EIRELI, ocorrida no Processo GDF 00060- 00173692/2020-42. O TCDF proferiu, em 12/08/20, DECISÃO Nº 3280/2020, **denegando a cautelar e dispensando a realização de ação de Controle Externo**, tendo em vista a fiscalização análoga no âmbito da Controladoria-Geral do Distrito



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

Federal – CGDF. De lá para cá, os autos foram movimentados apenas com ofícios ministeriais;

- Processo 2630/20 (Relator, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE), autuado no dia 10/06/20, para abrigar denúncia com data de 19/05/20, formulado pelo SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDILAB/DF, em face de dispensa de licitação, cujo vencedor foi a empresa BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA. Não conhecida a Representação, **sem a concessão de cautelar**, foi juntada nos autos 657/20, após, desapensada. A última informação nos autos é de 01/12/20, que reconhece a ocorrência de inúmeras irregularidades, mas sugere a remessa ao TCU e

- Processo 3684/20, que cuida da Dispensa de Licitação n.º 57/20, em favor da empresa KNC Medicina Diagnóstica Ltda, para testagem *drive-thru*. Após a Decisão 3947/20, em oitiva ao jurisdicionado, os autos não retornaram mais ao Plenário.

15. Evidencie-se, por justiça, nesse campo, o relevantíssimo trabalho do Gaeco-MPDFT, que desencadeou a Operação Falso Negativo, obtendo, inclusive, o bloqueio de R\$ 10 milhões de reais e a negativa de emissão de ordens de pagamento em favor das empresas Biomega Medicina Diagnóstica e Luna Park Brinquedos, igualmente investigadas na mesma Operação².

16. De igual modo, agiu o TCU, suspendendo repasses à BIOMEGA³.

17. Ademais, é preciso citar a atuação da Justiça. No bojo do Processo 3684/20⁴, que se formou a partir da Representação 41/20, evidenciou-se que a empresa KNC concorria com R\$ 10.200.000,00; a Biomega o fazia com R\$ 17.280.000,00 e a Citoprev, com R\$ 12.700.000,00. Afinal, foi declarada vencedora a KNC, por R\$ 5.290.000,00! Tudo isso ocorreu após decisão judicial nos autos MS 0704365-35.2020.8.07.0018.

18. Visto isso, com relação ao objeto dos presentes autos, sem maiores delongas, o MPC/DF converge com o Corpo Técnico, pela concessão da medida cautelar sugerida.

19. Ademais, com a máxima vênia, irá divergir, apenas, quanto à proposta de sobrestamento, pois, como é sabido, vigora o princípio da independência de instâncias, devendo ser citados todos os responsáveis (itens 48, 64/65 e 101 da Informação 96/20, bem como Matriz

² <https://www.metropoles.com/distrito-federal/stj-restabelece-bloqueio-de-r-10-milhoes-de-empresa-investigada-na-falso-negativo>

³ <https://jornaltijucas.com.br/o-ministro-do-tribunal-de-contas-da-uniao-tcu-benjamin-zymler-enviou-medida-cautelar-para-que-o-governo-do-distrito-federal-pare-de-repassar-dinheiro-a-empresa-biomega-medicina-diagnostica/>

⁴ No mesmo processo, será discutida a questão da regularidade da revogação do Pregão Eletrônico n.º 198/2020, após provimento parcial de recurso do MPCDF contra o arquivamento dos autos 2604/20. O MPCDF entendeu ser necessário esclarecer-se por qual motivo foi revogado o certame e, na mesma data, publicado projeto básico para contratação emergencial e aditamento a contrato para aquisição de testes, em 50%, além de esclarecer por que o referido aditamento, assinado em 09.06.2020, só teria sido publicado em 26.06.2020, bem assim, sendo necessário confirmar a data e a quantidade de produtos enviados ao GDF pelo Governo Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

de Responsabilidade), inclusive, sob as penas de inabilitação para ocupação de cargo público, devendo os fatos ser anotados nas contas da SES, no referido período.

20. O TCDF não pode eximir-se de suas competências, que configuram verdadeiro dever-poder. Reitere-se o entendimento do STJ (RMS 61997⁵).

21. Não há dúvidas acerca da competência do TCDF⁶. Além disso, segundo o Corpo Técnico, por meio de consulta ao sítio do TCU, não se identificou processo autuado para apurar os fatos constantes destes autos.

22. As irregularidades apontadas não lograram ser afastadas, haja vista:

- clara deficiência dos elementos que subsidiaram as tomadas de decisão quanto às alterações de quantitativos ao longo do processo;
- as últimas alterações nos quantitativos ocorreram após a seleção das propostas vencedoras, o que gerou a necessidade de reabertura do certame;
- essas alterações do objeto do certame prejudicaram a estimativa dos preços e a demonstração da adequação orçamentária e financeira;
- a questão da definição dos quantitativos está diretamente ligada a possíveis direcionamentos na contratação;
- a falta de argumentos técnicos para justificar essas alterações de quantitativos descumprem o que dispõe o inciso III 14 do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993 e o Princípio da Motivação dos Atos Administrativos (arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/1999);
- a inviabilização de contratação mais econômica para o Erário decorreu de ações do então Secretário de Estado de Saúde, que, em duas oportunidades, atuou após a seleção das empresas no sentido de determinar a modificação do Projeto Básico e, por consequência, reabrir a tomada de propostas;
- note-se exíguo prazo⁷ entre a publicidade do edital de convocação e o recebimento das propostas, situação também relacionada com o possível direcionamento da licitação;
- se não bastasse o curtíssimo prazo para apresentação das propostas, dependente ainda da resposta do e-mail da SES/DF, o dia 10/04/2020 era feriado da Paixão de Cristo. Ademais, a alegada urgência não se justificou, uma vez que apesar de requerida a entrega dos produtos no prazo de 24h após a publicação do extrato da nota de empenho, o fornecimento da empresa Precisa somente ocorreu em 12/05/2020 (fl. 1053*), sem que a empresa tenha sofrido qualquer penalidade; e
- embora a empresa contratada tenha se comprometido a entregar testes da marca “Medtest”, aprovada pela Anvisa, acabou entregando os da marca “Livzon”.

⁵ <https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/TCDF-pode-fiscalizar-contratos-firmados-pelo-Distrito-Federal-e-pagos-com-recursos-federais.aspx>.

⁶ A Operação Falso Negativo restou mantida no DF: <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/falso-negativo-juiza-diz-que-competencia-para-julgar-o-caso-e-do-df>.

⁷ Essa não foi a primeira ocorrência do tipo. Nos autos 2630/20, o aviso de dispensa de licitação foi publicado logo após o feriado do Dia do Trabalhador, 1º de maio. Por isso, o TCU mandou suspender o pagamento faltante, justamente, em face do cerceamento da competitividade, visto que o aviso de abertura foi publicado em um sábado, dia seguinte ao feriado, com prazo para o 1º dia útil.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

MPCDF

Proc.:
1992/2020-e

23. Por fim, no que toca à aplicação do artigo 44 da LODF, o MPC/DF reitera a sua análise em face dos seguintes pontos:

- o processo de contratação foi autuado na SES em 16/03/2020. É a mesma data do Memo 36/2020-SES/SVS/LACEN/GBM, que inicia a contratação. Mas **o documento-capa é de 15/04/20**, assinado eletronicamente por JORGE ANTONIO CHAMON JUNIOR - Matr.1435795-X, Diretor(a) do Laboratório Central de Saúde Pública; e
- no mesmo dia 16/03, o atual Secretário de Saúde Interino, OSNEI OKUMOTO foi exonerado da SES (DODF 30 – EDIÇÃO EXTRA), para, no dia seguinte, em 17/03/2020 (DODF 31B – EDIÇÃO EXTRA) passar a presidir a Fundação Hemocentro de Brasília.

24. Assim, é relevantíssimo que o atual Secretário seja chamado aos autos, para que se manifeste a respeito, visto que, em tese, os autos da contratação sob suspeita de gravíssimas irregularidades pode ter iniciado em 15/04/20, enquanto a referida autoridade encontrava-se na SES, e, não, em 16/03/20, quando se ausentou, para presidir a FHB, devendo ser justificada a tramitação do feito.

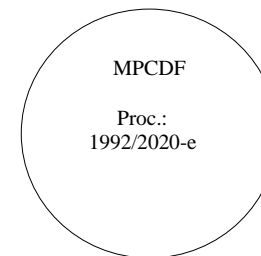
É o Parecer.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora em substituição



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

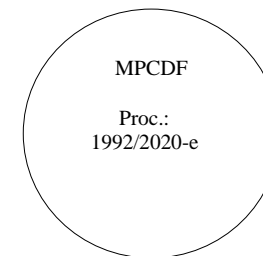


Anexo I

Contrato/Nota de Empenho	Processo GDF	Contratado	Objeto	Valor	Processo TCDF
<u>Nota de Empenho: 2020NE04188</u>	00060-00106136/2020-61	GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA ME – GBIO	AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA IGG E IGM DO COVID-19	R\$ 795.000,00	00600-00001992/2020-76-e
<u>Nota de Empenho: 2020NE04019</u>	00060-00106136/2020-61	PMH-PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA;	Aquisição de teste rápido para detecção qualitativa específica IGG e IGM do COVID-19	R\$ 3.650.000,00	
<u>Nota de Empenho: 2020NE04018</u>	00060-00106136/2020-61	PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA;	AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA IGG E IGM DO COVID-19;	R\$ 18.758.509,20	
<u>RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020</u>	00060-00159341/2020-29	PMH – PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	aquisição emergencial de Teste rápido para detecção específica de IgG e IgM do COVID-19	R\$ 39.500.000,00	-
<u>2020NE03961</u> <u>2020NE03964</u> <u>Dispensa de licitação 18/2020</u>	00060-00159341/2020-29	MATIAS MACHADO DA SILVA-ME	aquisição emergencial de Teste rápido para detecção específica de IgG e IgM do COVID-19	R\$ 2.232.000,00	**



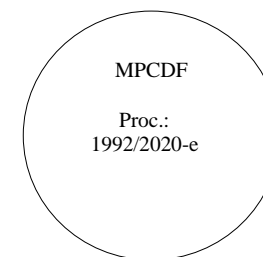
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



Contrato/Nota de Empenho	Processo GDF	Contratado	Objeto	Valor	Processo TCDF
Contrato nº 068/2020-SES/DF	00060-00101215/2020-85	LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Contratação de laboratório especializado para diagnóstico laboratorial para a detecção de SARS COV 2 (COVID - 19) por metodologia molecular em para atender às demandas da Secretaria de Saúde - DF	R\$ 3.420.000,00	00600-00004093/2020-25-e
2020NE03668 2020NE03803 2020NE03833	00060-0000173692/2020-42	19984198000113 - LUNA PARK-IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO ATACAD	Teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, através da metodologia de imunocromatografia.	R\$ 3.600.000,00	00600-00002631/2020-47-e
2020NE03841 2020NE04667 2020NE04772	00060-0000180684/2020-52	BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA REALIZAÇÃO DE 100.000 TESTES RÁPIDOS PARA CORONAVÍRUS COVID-19 IGG E IGM, NO INTERVALO DE 15 DIAS. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2020, C/ FULCRO NO ART. 4º, INC. IV, DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.	R\$ 19.900.000,00	00600-00002630/2020-01



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



Contrato/Nota de Empenho	Processo GDF	Contratado	Objeto	Valor	Processo TCDF
2020NE06753	00060-0000254827/2020-70	CARVALHO & NERY LTDA - VITALAB MEDICINA DIAGNÓSTIC	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISE CLÍNICAS, PARA REALIZAÇÃO DE 100.000 TESTE RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DO CORONAVÍRUS	R\$ 5.290.000,00	00600-00003684/2020-85-e

- Pesquisa SISCOEX e e-TCDF – contratação de testes IgG e IgM (07/12/2020).

** A contratação foi citada na Informação nº 50/2020 (e-DOC B8CECA0C), Processo nº 2630/2020. Contudo, não foi aferida a regularidade da contratação.